

memória **CULT**

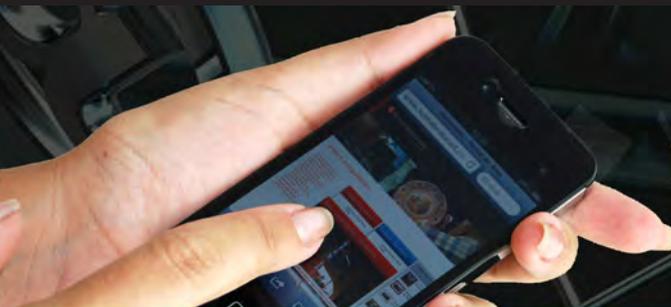
Ouro Preto - MG - Brasil - Ano III - nº 8 - setembro de 2013



Jardim Botânico de Ouro Preto
Marcos Paulo de Souza Miranda

Abordagem sobre o doutor Tiradentes
Christobaldo Motta de Almeida

Entrevista: Um rosto na tela do cinema brasileiro
Cineasta Cacá Diegues



Leilão
na palma
da mão



www.iarremate.com.br



iArremate.com
Portal de arte

Uma ferramenta moderna para
que ninguém mais perca um leilão!

Editorial



Chegamos, enfim, ao número 8!

O grande cineasta brasileiro, Cacá Diegues, cuja carreira se confunde com a história do Cinema Nacional, é o entrevistado desta edição. Ele, com toda razão, diz que quando começou a fazer cinema, o Brasil e o mundo eram outros, bem diferentes dos de agora. Exalta Minas, particularizando nossa paisagem, nosso patrimônio artístico e cultural e, sobretudo, nosso povo.

Já o atuante promotor, que chefia as Promotorias de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, Marcos Paulo de Souza Miranda, brinda-nos com singular artigo sobre o Jardim Botânico de Ouro Preto, considerado, por ele, muito adequadamente, como primeira unidade de conservação de Minas. É mais um resgate de nossa história nas páginas desta revista da Memória **CULT**.

A seguir, o presidente da Academia de Letras do Ministério Público, Luiz Carlos Abritta, do alto de sua louvável experiência humanista e, como trovador completo, distingue a cidade de Cataguases e o lendário movimento dos Ases de Cataguases, que culminou com a revista "VERDE", referência literária até os dias de hoje.

O Clube da Esquina, movimento musical mineiro de projeção internacional, que completou 40 anos recentemente, comparece em matéria que exalta sua presença na cultura de Minas, do Brasil e do mundo, além de homenagem em reconhecimento especial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a casa do povo mineiro que, em sessão solene, lançou também o livro editado pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, contando parte dessa história, que nasceu em Minas e ganhou o mundo.

Rememoramos também a epopeia de Teófilo Otoni e sua marcha cívica de 1842, quando Santa Luzia foi palco da batalha final do liberalismo mineiro. A matéria destaca, ainda, os eventos ocorridos naquela terra, em locais por onde passaram Teófilo Otoni e seu exército de homens e ideais, marcando mais uma vez o sonho libertário que adormece e guia esse povo que vive nas montanhas.

Destacamos ainda o lúcido texto do juiz Bruno Terra Dias, uma triste constatação de nossa realidade atual, um quadro empoeirado na parede da história.

Christobaldo Motta de Almeida aborda com propriedade e clareza o doutor Tiradentes, em reveladora pesquisa.

Rogério Faria Tavares destaca os cento e setenta cinco anos de vida e história do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado no distante ano de 1838.

Estas são matérias desta edição, que levamos aos nossos leitores, acreditando manter acesa a chama de nossa Memória **CULT**, no sentido da preservação da história.

Uma boa leitura a todos!

Eugênio Ferraz*
Diretor Executivo e Editor Geral da Memória **CULT**

*Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do IHGMG e da Arcádia de MG, é o Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais

Sumário

Fotos: divulgação



10 Jardim Botânico de Ouro Preto
Marcos Paulo de Souza Miranda*



18 Clube da Esquina 40 anos

06 Página do Artista
José Efigênio Pinto Coelho

07 Um rosto na tela do cinema brasileiro
Entrevista com o cineasta Cacá Diegues

22 Quadro na parede
Bruno Terra Dias

24 Cento e setenta e cinco anos de história
Rogério Faria Tavares

28 Abordagem sobre o doutor Tiradentes
Christobaldo Motta de Almeida

35 Santa Luzia e a Revolução Liberal



Espaço do leitor

Agradecemos o envio de críticas, sugestões e comentários para o aprimoramento desta revista: memoriacult@gmail.com

A Memória **CULT** poderá editar manifestações de leitores selecionadas para publicação, não necessariamente na edição subsequente.

Recebi, recentemente, o exemplar da Memória **CULT**, uma nova e bela edição. São Lourenço tem merecido registro, como não poderia deixar de ser. Presentes a lendária história de Nhá Chica e o harmonioso artigo de Ivanise e de outros autores competentes. Parabéns!

Manoel Hygino dos Santos
Ouvidor - Grupo Santa Casa de Belo Horizonte

Paz e bem!

Em cordial visita, tenho a satisfação de agradecer-lhe a gentileza da oferta do estudo "Memória **CULT**".

A leitura desta revista deu-me ocasião de conhecer bem a região sul de nosso Estado.

Com felicitações do

Oiliam José
Historiador, Membro da Academia Mineira de
Letras

Agradecendo a gentileza do envio da edição da Memória **CULT**, parabenizo-o pela continuidade da publicação, a qual é de elevada importância para a preservação do patrimônio histórico e cultural, além do incentivo de meios educativos em amparo às tradições do povo mineiro.

Atenciosamente,

Maria Sueli de Oliveira Pires
Secretária Adjunta de Estado de Educação - MG

Expediente

Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil - Ano III - nº 8 - setembro de 2013

Diretor Executivo e Editor Geral | Eugênio Ferraz - Reg.: 8.172-MG

Editor | Petrônio Souza - Reg.: MG 07124/JP

Projeto Gráfico | Raphael Simões

Revisão Ortográfica | Acácio Cândido da Silveira Santos

As manifestações expressas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não refletem, necessariamente, a opinião da publicação.

Foto do quadro da capa - Petrônio Souza

José Efigênio Pinto Coelho

Fotos: acervo pessoal



Ouro-pretano da gema, José Efigênio Pinto Coelho passou parte da infância no Rio de Janeiro, mas logo retornou a Minas e desde cedo iniciou estudos artísticos na Fundação de Arte de Ouro Preto – FAOP, dedicando-se a trabalhos de restauração e obtendo título de Especialista em Restauração pelo CECOR, da Escola de Belas Artes da UFMG.

Como pesquisador, aprofundou-se no estudo da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, tendo identificado obras do gênio do barroco em locais até então unsuspeitados, como a Igreja da Boa Viagem, em Belo Horizonte, além de ser autor de pesquisa sobre a origem da pedra sabão usada em São João del-Rei, em obras atribuídas ao Aleijadinho.

Bacharel em Filosofia e licenciado em Estudos Sociais, atribui grande importância às viagens que fez por cidades do clico do ouro e de outras regiões brasileiras, além de Cuzco (Peru) e cidades europeias, incluindo o Caminho de Santiago de Compostela, que percorreu e no qual é autor de painel na fachada do Albergue do Brasil.

É pintor e autor de livros artísticos e de ficção e integra a Academia Ouro-pretana de Letras.

Outras informações em www.joseefigeniopintocoelho.com



Painel pintado no Albergue do Brasil na Espanha

Cacá Diegues, um rosto na tela do cinema brasileiro

por Petrônio Souza Gonçalves

A sua carreira se confunde com a do cinema nacional. Poderíamos dizer que um não existiria sem o outro, pois nos momentos mais difíceis, quando a chama parecia se apagar, os dois renasciam com uma nova produção, hasteando a bandeira de um novo tempo.

Nascido a 19 de maio de 1940 em Maceió, Alagoas, Cacá Diegues se mudou para o Rio de Janeiro aos seis anos de idade e se tornou, ainda jovem, um dos responsáveis pelo que viria a ser chamado de Cinema Novo, um cinema buscando uma identidade depois das festivas pornochanchadas. Em 1976, lança Xica da Silva, um dos poucos títulos de nosso cinema incorporados à cultura popular. Em 1980 outro grande sucesso, "Bye Bye Brasil", que, de uma certa forma, fazia uma paródia do futuro que aguardava o cinema nacional.

Festejado, premiado, cultuado, simples e esclarecido, Cacá Diegues é uma referência nacional quando o assunto é cinema. Ele foi um dos principais consultores do Congresso Nacional para a criação da ANCINE, depois dos desastrosos anos do governo de seu conterrâneo Collor de Melo, que deixou o cinema brasileiro quase no limbo.

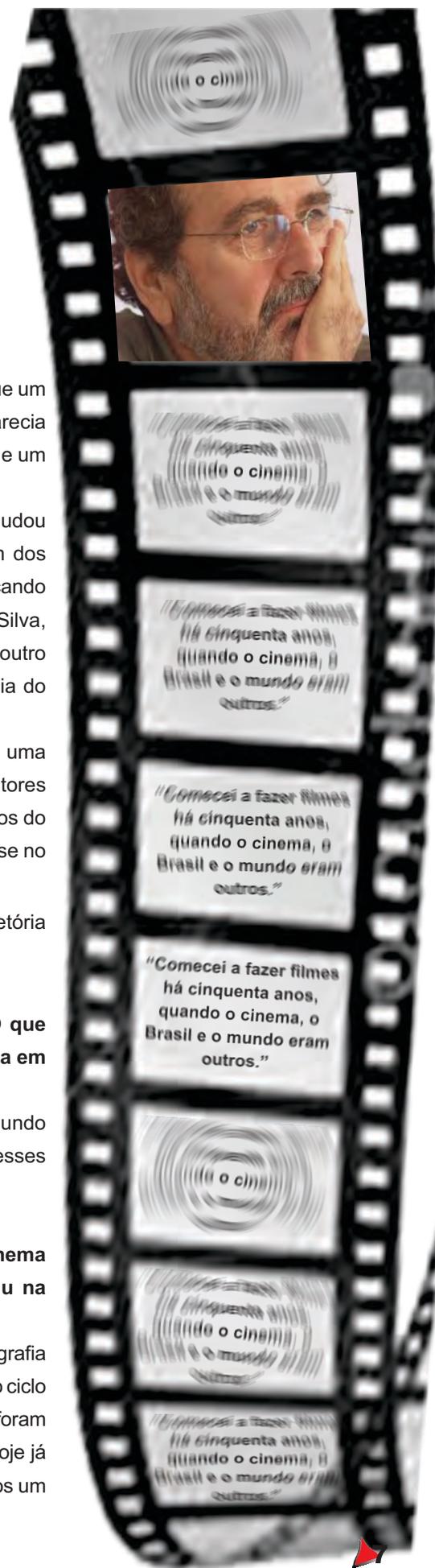
Neste bate-papo com a Memória **CULT**, Cacá conta um pouco de sua trajetória e dos muitos projetos que norteiam e que nortearam a sua vida.

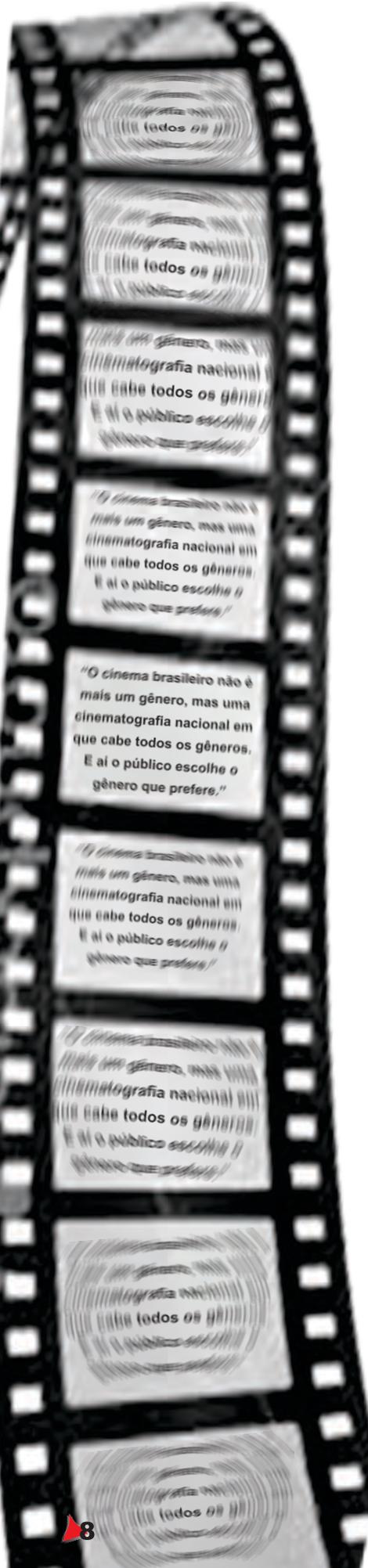
Cáca Diegues, são muitos anos de filmes, projetos e produções. O que podemos destacar, no aspecto de produção, do Cinema Nacional da época em que você começou sua carreira para os dias de hoje?

Comecei a fazer filmes há cinquenta anos, quando o cinema, o Brasil e o mundo eram outros. Os três avançaram em diversas direções, cabe a nós acompanhar esses avanços.

Você viveu e passou por vários movimentos e ressurgimentos do Cinema Nacional. Seria possível apontar esses momentos e o que deles refletiu na produção e no nosso jeito de fazer cinema no Brasil?

Desde seu nascimento, logo depois da invenção do cinema, a cinematografia brasileira vive de ciclos que começam e acabam rapidamente, obrigando o próximo ciclo a começar quase que do zero. Isso aconteceu desde sempre. Nos últimos tempos, foram a chanchada, o Cinema Novo, a Embrafilme. O cinema brasileiro que vivemos hoje já dura mais de 20 anos, o que talvez nos permita pensar que finalmente começamos um período em que o cinema vai se tornar uma atividade permanente no país.





Um marco em sua carreira foi o filme Xica da Silva, de 1976, que é um filme biográfico. Ele tem muito de nossa brasilidade. Na música, no cenário, no roteiro. Você percebe essa busca da identidade nacional nas produções atuais?

O cinema brasileiro de hoje é muito mais diverso do que o do passado e essa diversidade se reflete nos diferentes estilos, tendências, nas temáticas dos filmes. Alguns deles ainda se preocupam com essa busca de identidade, o que já não é hegemônico.

Por que existe tanta resistência no mercado cinematográfico brasileiro para a exibição de nossas produções? E por que essa resistência reflete também na TV?

Estamos vivendo um momento de grande interesse de nosso público pelo cinema brasileiro. Não só pelas comédias, mas também por filmes de outros gêneros, como Central do Brasil, Cidade de Deus, Carandiru, os dois Tropa de Elite, entre outros. Na televisão, a nova lei de cota na TV paga vai abrir caminho para a presença maior de nossos filmes na telinha também.

Nós não temos um público do cinema brasileiro mas de filmes brasileiros. Por que isso acontece?

O cinema brasileiro não é mais um gênero, mas uma cinematografia nacional em que cabe todos os gêneros. E aí o público escolhe o gênero que prefere.

Podemos dizer que existe uma cara do cinema brasileiro?

Podemos dizer que existem muitas caras do cinema brasileiro. E é bom que seja assim, como o Brasil é de fato.

Existe uma crítica de que os cineastas brasileiros gostam muito de filmar favela. Como você responde a essa crítica?

Cada vez que um filme faz sucesso, como fez Cidade de Deus, tem-se a tendência de achar que o cinema brasileiro se resume a esse gênero. Isso não é verdade. Há quanto tempo não vemos um filme de favela? Agora mesmo cresce a tendência superficial de se achar que o cinema brasileiro é só comédia e no entanto o nosso filme mais importante do ano passado foi "O som ao redor", que não tem nada de comédia.

A Argentina tem dois Oscars. Por que ainda não conquistamos nenhuma estatueta? O que está nos faltando?

Nós também já ganhamos duas Palmas de Ouro em Cannes, com "O pagador de promessa", como melhor filme, e Glauber Rocha, por "O dragão da maldade contra o santo guerreiro", como diretor. E o cinema argentino nunca ganhou Cannes. Nada disso significa grande coisa, não podemos transformar esses certames internacionais em juizes definitivos de nossas cinematografias.

Como você vê os muitos festivais de cinema em nosso país e os consagrados da Europa?

Os festivais são importantes e muito bem vindos para lançar jovens cineastas e também para revelar filmes que não têm passagem fácil pelo mercado. Quanto mais festivais existirem no país, mais informados da totalidade de nossas cinematografias o público estará.

Você agora está envolvido em um grande projeto, que é contar os últimos 100 anos da história do Brasil em locações em Minas Gerais. Gostaríamos de saber mais como anda esta produção?

Não tenho a pretensão de contar os últimos 100 anos da história do Brasil em um filme. Estamos preparando as filmagens de "O grande circo místico", baseado no poema de Jorge de Lima. Como esse poema se passa ao longo de 5 gerações de uma família circense, naturalmente a sombra de alguns episódios históricos brasileiros estará presente.

E por que você escolheu Minas Gerais para ambientar o filme?

Porque eu tenho uma forte ligação sentimental com o Estado, desde que filmei "Xica da Silva" em Diamantina. E também porque em nenhum outro estado brasileiro eu poderia encontrar uma variedade de paisagem física e humana como em Minas. Isso é essencial para um filme sobre um circo que está sempre em movimento.

E o roteiro, quem assina e quais foram os pontos selecionados para essa produção?

O roteiro é meu e de George Moura. Jovem escritor que muito admiro.

Temos personagens, temos histórias. Você não acha que está nos faltando filmes?

Eu diria que o que nos falta é mais recursos para fazer filmes. É claro que a produção de filmes de nenhum país será sempre cem por cento de obras primas. Mas quanto mais filmes fazemos, maior será a chance de fazer mais filmes melhores.

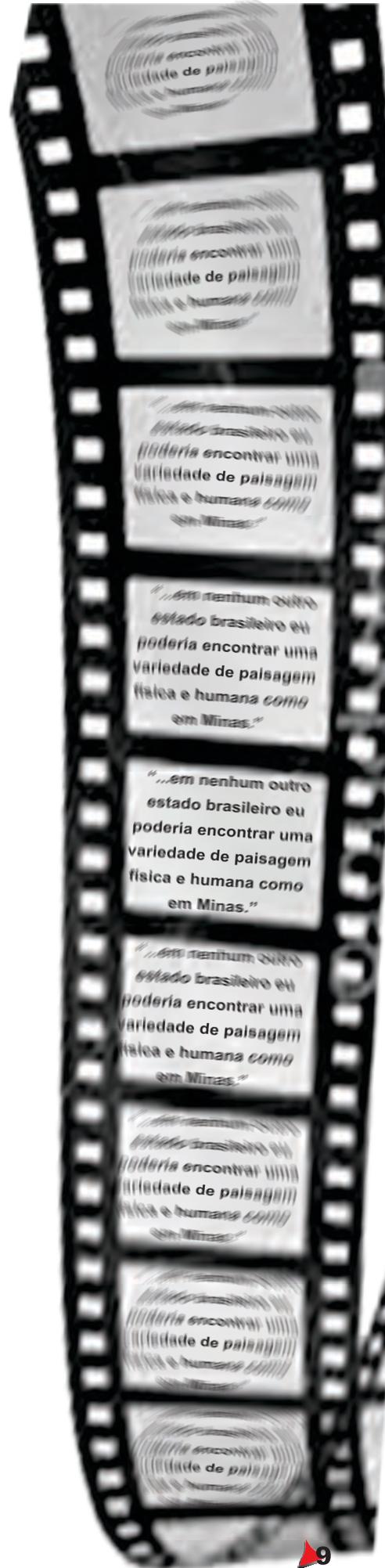
E o que este alagoano, cidadão carioca, tem a dizer sobre o cinema feito pelos mineiros?

Minas sempre teve uma rara tradição de cultura cinematográfica, desde os anos 1950 e 60. Hoje um jovem cinema começa a surgir no Estado, por meio de coletivos inovadores e gente como Cao Guimarães, um grande artista brasileiro. Espero que essa nova tradição cresça e se imponha.

Globo Filmes

O cineasta Cacá Diegues acaba de entrar para o comitê artístico da Globo Filmes, braço cinematográfico da Rede Globo. Com mais de 20 filmes na carreira, Cacá vai reforçar o time que já é formado por Guel Arraes e Daniel Filho. "Quero colaborar para consolidar a qualidade e a diversidade do cinema brasileiro, ajudando que bons filmes sejam feitos, que nossos melhores cineastas filmem e criando condições para que surjam novos talentos para nosso cinema", afirma Diegues.

Entre as atribuições de Cacá, estão a avaliação de projetos de coprodução para a Globo Filmes e o acompanhamento artístico de trabalhos que estarão sob sua supervisão. "O cinema brasileiro sempre viveu de surtos, mas desta vez está se tornando uma atividade permanente no país e exige a participação de seu conteúdo em todas as mídias possíveis. As televisões aberta e paga podem representar um importante papel de estímulo, divulgação e criação do hábito de assistir ao filme nacional. Essa parceria entre cinema e televisão existe no mundo inteiro, em todo lugar onde exista uma produção permanente de audiovisual", explica.



A primeira “unidade de conservação” de Minas Gerais

Jardim Botânico de Ouro Preto

Marcos Paulo de Souza Miranda*

O primeiro Jardim Botânico de que se tem notícia no Brasil é o do Grão Pará, instituído em Belém no ano de 1796. Em Minas Gerais, cumprindo uma determinação do Governo Português de 1798, foi implantado no ano seguinte, em Ouro Preto, um Horto Botânico em terreno que havia pertencido ao contratador José Pereira Marques, ao lado da Casa dos Contos. Os trabalhos científicos do Horto, desde o início, estiveram sob a responsabilidade do Dr. Joaquim Veloso de Miranda, formado em Filosofia Natural pela Universidade de Coimbra e um dos mais destacados discípulos do célebre professor italiano Domingos Vandelli.

Entretanto, em razão do espaço físico limitado e da impossibilidade do cultivo em larga escala de plantas consideradas estratégicas, o Horto Botânico dos Contos teve vida efêmera, e, já na segunda década do século XIX, o estabelecimento foi transferido para a região do Passa Dez (antiga propriedade do contratador João Rodrigues de Macedo, com aproximadamente 50 alqueires e grande abundância de água), sendo formalmente inaugurado, com a designação de Jardim Botânico, em 02 de setembro de 1825.

No ano de 1833 ocupava a administração do Jardim Botânico o jovem Fernando Antônio Pereira de Vasconcelos, formado em Ciências Naturais na Holanda. No ano de 1835 o Jardim contava com mais de 80 espécies de plantas exóticas (a maior parte oriunda da Ásia e Oceania) e nativas, destacando-se, em quantidade, a plantação de 1.300 pés de Chá da Índia e 500 pés do Pinheiro de Minas. O Jardim abrigava espécies como: Fruta do Conde, Árvore de Pão, Jaca da Bahia, Camélia, Árvore do Sebo, Abacateiro, Mosqueira, Pereira, Ameixeira, Casuarina, Pessegueiro, Losna, Ananás, Dália, Craveira, Jabuticaba, Pitanga, Sardinheira, Malva Cheirosa, Sapucaia, Poejo, Lírio Branco, Goiabeira, Sabugueiro e Saudades.



Nº 85-0. PRETO-CHAFAZIZ-JARDIM BOTANICO

(45)

Segundo Cláudio Lima, todas as plantas estavam dispostas com arte em terraços sustentados por muros de pedras, que se comunicavam por escadarias.¹

Em recente visita ao local, pudemos identificar a existência de muitas das árvores acima citadas, bem como as ruínas dos pilares do portão de entrada, dos terraços e da fábrica de chá. Infelizmente, tudo no mais completo abandono.

Além de ensaiar a cultura de várias plantas indígenas e aclimação de espécies exóticas, no Jardim Botânico também se criava o bicho-da-seda e abelhas europeias, que dali se espalharam para várias partes da Província.

A Lei Provincial nº 175, de 31 de março de 1840, criou no Jardim Botânico de Ouro Preto uma Escola Normal para ensino das regras da agricultura e, em especial, para o “melhor methodo da plantação, cultura, preparação e o fabrico do chá”. A mesma lei autorizou o Governo a preparar cômodos para residência dos alunos, adquirir obras e instrumentos para a fábrica e comprar até vinte escravos, embora devesse ser priorizado “o engajamento de pessoas livres e de algum Chinês adestrado”.

Em 1845 sementes do chá do Jardim Botânico eram distribuídas para os interessados no cultivo da planta, que alcançou larga produção na Província,

havendo registros de plantações nas Vilas de Campanha, Baependi, Jaguari, São João del-Rei, Lavras, Aiuruoca, Pouso Alegre, Caldas e Santa Bárbara².

No ano de 1848 a produção de chá no Jardim Botânico de Ouro Preto estava a pleno vapor, sendo noticiado no periódico da Corte, o *Correio Mercantil*, de 07 de junho de 1848, o envio do produto às legações brasileiras de Londres e Paris para apreciação.

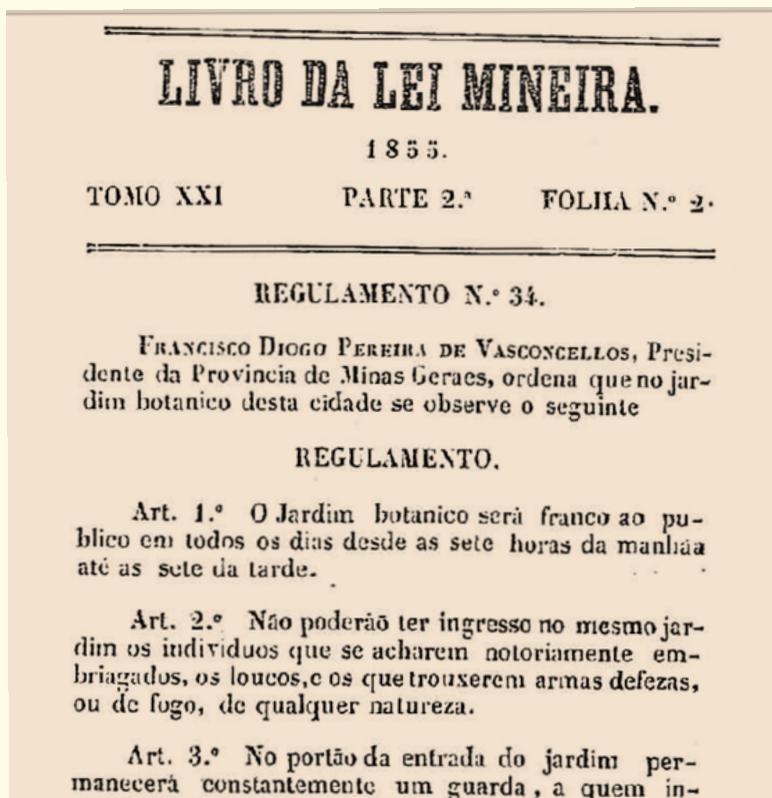
Pelo Regulamento Provincial nº 34, de 1855, foram estabelecidas as regras para o funcionamento do Jardim Botânico de Ouro Preto, o que revela o seu caráter de área protegida, submetida a especial regime de fiscalização e normas de visitação, características que permitem considera-lo como a primeira unidade de conservação de Minas Gerais, pois reúne todas as características hoje exigidas para o enquadramento de uma área em tal conceito, quais sejam: espaço territorial e seus recursos ambientais com características naturais relevantes; instituição formal pelo Poder Público; objetivos de conservação, limites definidos e regime especial de administração.

¹ Notas sobre alguns estabelecimentos de Ouro Preto. Ouro Preto. Cidade em três séculos. Bicentário de Ouro Preto. Memória Histórica [1711-1911]. 2. Ed. Ouro Preto: Editora Liberdade. 2011. p. 127.

² Fala dirigida á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na sessão ordinaria do anno de 1846, pelo presidente da provincia, Quintiliano José da Silva. Ouro Preto, Typ. Imparcial de B.X. Pinto de Sousa, 1846.

O caráter de bem de fruição pública é evidenciado logo no artigo 1º., que dispõe que o Jardim Botânico era de acesso franco ao público, todos os dias, desde as sete horas da manhã até as sete da tarde.

Regulamento do Jardim Botânico de Ouro Preto: “certidão de nascimento” das unidades de conservação de Minas Gerais



A especial vigilância da área é demonstrada no artigo 3º, que diz que no portão de entrada do Jardim Botânico ficaria um guarda a fim de evitar o ingresso de pessoas loucas, embriagas ou armadas, bem como de animais soltos ou extraviados.

A proteção do espaço por meio da vedação de atividades nocivas aparece no art. 4º, que veda a caça ou o lançamento de fogos de artifício no Jardim.

O art. 7º, por seu turno, proibia:

1. Arrancar ramos, folhas, flores, plantas, colher frutas ou apoderar-se de outro objeto, salvo obtendo-se o consentimento do diretor ou de algum dos feitores do estabelecimento.
2. Danificar cerca, grades ou reparos que se acharem em torno das plantas.
3. Almoçar, jantar ou tomar qualquer comida ou bebida espirituosa dentro do jardim, sem obter prévio consentimento do diretor.

4. Lançar nas ruas ou canteiros cascas, ciscos, ou outro objeto que prejudique o asseio.

5. Levantar nas ruas do jardim vozerias, dar gritos ou fazer alaridos, salvo caso de necessidade de socorro.

6. Inscrever em qualquer parte do jardim dísticos, letreiros, palavras ou figuras de qualquer natureza,

7. Praticar dentro do jardim qualquer ação que na opinião pública seja ofensiva à moral e aos bons costumes.

A gerência e administração do Jardim Botânico estava, nessa época, entregue ao Capitão do Corpo Policial Francisco Maria da Conceição. Além da produção de chá de várias qualidades, há o registro, em 1855, da existência de 170 colmeias de abelhas, com expressiva produção de mel e cera.³

³ Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2.a sessão ordinaria da 10.a legislatura de 1855 o presidente da provincia, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto, Typ. do Bom Senso, 1855.



Propaganda do chá produzido no Jardim Botânico - 1857

Sobre o Jardim Botânico, o relatório do Presidente da Província de 1861 consignou: “Este estabelecimento acha-se em melhor pé, mais cuidadosamente tratado e oferece quase o único recreio aos habitantes desta Capital. Além dos trabalhos com o chá e com as abelhas, limpeza, conservação e aformoseamento, os africanos ali depositados empregam-se em consertar alguns pedaços de estrada que se arruínam nas vizinhanças da Capital. Ali existem sustentadas pela Província 37 pessoas.”⁴

Em 1866 lamentavelmente o Jardim Botânico foi abandonado pelo Poder Público, sendo levados a hasta pública os móveis e equipamentos do estabelecimento. O prédio principal foi transformado em Lazareto e no local instalada uma enfermaria para tratamento das vítimas da varíola.

A Província de Minas, de 17 de abril de 1885, levantou seu brado contra o descaso com a velha

instituição, onde existiam abandonadas muitas “plantas regadas pelo suor de nossos venerandos antepassados”.

No ano de 1891, com autorização dada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, foi criada a Companhia Industrial e Agrícola de Vila Rica, que assumiu a posse do terreno do antigo Jardim Botânico⁵ e retomou a produção do chá.⁶

No ano de 1907 cogitou-se da criação de uma colônia de estrangeiros no Jardim Botânico de Ouro Preto, então pertencente à União Federal⁷, proposta que não foi levada a efeito e no ano de 1911 vários são os registros de abandono das edificações.

⁴ Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na abertura da sessão ordinária de 1861 o illm.o e exm. sr. conselheiro Vicente Pires da Motta, presidente da mesma provincia. Ouro Preto, Typ. Provincial, 1861.

⁵ Decreto 1283/1891.

⁶ O Estado de Minas. 31 de março de 1896. P. 02.

⁷ O Pharol. Juiz de Fora, 1º de setembro de 1907.

O “Minas Gerais” de 29 de dezembro de 1917 noticiou:

Por ocasião da votação do orçamento da Fazenda, foi, anteontem, aprovada pelo Senado a emenda autorizando o governo a ceder gratuitamente, ao Estado de Minas, o Jardim Botânico de Ouro Preto.

Fundado há mais de 70 nos, prestou sempre os maiores serviços, muito contribuindo para a adaptação e vulgarização de várias plantas exóticas.

Veio depois a decadência do estabelecimento devido a causas que não vale a pena recordar, datando a sua supressão mais de trinta anos.

O Governo Imperial conservou, entretanto, o edifício durante longos anos, sendo mesmo aproveitado para lazareto.

Por falta de conservação ruiu mais tarde a velha casa, ficando em torno dela, resistindo à ação do tempo e às ervas daninhas, a admirável plantação de chá, de onde tem saído milhões de mudas dessa preciosa planta para todo o país.

Por ocasião da organização da Companhia Industrial de Vila Rica, já vigente a República e devido à iniciativa de Cesário Alvim, o Marechal Deodoro da Fonseca mandou por um aviso expedido pelo Ministério da Fazenda entregar os terrenos e plantação à nova Companhia, ficando ressalvado que se ela viesse a desaparecer, voltaria ao domínio da União.



Ruínas do Jardim Botânico de Ouro Preto

No ano seguinte foi formalizada a escritura de doação do terreno do Jardim Botânico ao Estado de Minas Gerais, sendo parte dele destinado à educação de menores em situação de conflito com a lei. No ano de 1994 o Estado cedeu a área ao Município de Ouro Preto, ainda hoje responsável pela administração do imóvel.

Creio que é tempo de se dar a devida destinação ao antigo Jardim Botânico de Ouro Preto. Os vestígios que ali se encontram são testemunhas silenciosas de um estabelecimento científico que prestou relevantíssimos serviços à sociedade mineira, sociedade esta que não pode compactuar com o esquecimento e o abandono de sua história.

***Promotor Coordenador das Promotorias de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais.**





Cataguases sempre

Luiz Carlos Abritta*

Cataguases é uma cidade que brilhou, brilha e continuará a brilhar. Pelos feitos de sua gente, é uma cidade eterna.

No mês de setembro de 2012, chegamos aos oitenta e cinco anos da revista “VERDE”. A revista durou seis números: o primeiro saiu em setembro de 1927 e o último no mês de maio de 1929. A publicação tinha como diretor Enrique de Resende e como redatores Martins Mendes e Rosário Fusco.

O primeiro número apresenta trabalhos de Carlos Drummond de Andrade (Sinal de Apito – poema), Edmundo Lys (Viagem Sentimental – poema), T. de Miranda Santos (Bloco-poema), Ascânio Lopes (Serão do Menino Pobre – poema), Emílio Moura (Inquietação – poema), Martins de Oliveira (Função - poema), Roberto Theodoro (Samba – poema), Guilhermino César (Santinha da Encarnação – conto – e Noturno – poema), Camillo Soares (O Estranho Caso de Matias Qualquer – miniconto), Enrique de Resende (A Cidade e Alguns Poetas – artigo – e Prelúdios – poemas), Francisco Inácio Peixoto (Ternura – poema), Martins Mendes (Paradoxo – poema), Oswaldo Abritta (Um Poema), Fonte Boa (Um Poema) e Rosário Fusco (É Preciso Paz na Arte Moderna – artigo).

Cataguases adquiriu projeção nacional e internacional com o Grupo da Revista Verde e, também, com o cinema de Humberto Mauro. A escultura, a pintura, a música e outras artes constituem um caso à parte, que poderá ser abordado por outros, posto que a nossa área de atuação se restringe à literatura.

Chegou-se a falar até no “milagre de Cataguases”. E Sérgio Paulo Rouanet no folder de apresentação de VERDES MODERNOS, na mostra inaugural da galeria da Fundação “Oscar Araripe”, em Tiradentes, explica que a palavra milagre, se aplicada no sentido de gênese da cultura, não é de todo absurda, pois o que acontece no plano individual também acontece na vida das cidades. E exemplifica com Weimar, pequena cidade, que transformou-se na capital cultural da Alemanha, em todas as áreas: na literatura, com Goethe e Schiller, na música, com Liszt, e na pintura com a criação de museus expondo obras primas de Cranach e outros artistas de importância mundial. Assinala, ainda, que uma aldeia nos arredores de Paris produziu uma das mais famosas escolas de pintura do século, a escola de Barbizon, com pintores da estatura de Théodore Rousseau. Continua Rouanet a citar: a pequenina cidade portuária de Honfleur, na Normandia, foi um ponto de concentração de pintores e escritores. Observa que assim ocorreu com a cidade de Cataguases – centro extraordinário de geração e difusão de cultura – com a revista VERDE, na qual colaboraram jovens como Ascânio Lopes, Rosário Fusco, Guilhermino César, Christóphoro Fonte-Boa, Martins Mendes, Francisco Inácio Peixoto, Enrique de Resende, Oswaldo Abritta e Camilo Soares. Finalmente, ele observa que o grupo de jovens recebia elogios de personalidades de alto gabarito, tais como Drummond, Ribeiro Couto, Mário de Andrade e Blaise Cendrars, que publicou num dos números da revista um poema em francês intitulado “Aux jeunes gens de Catacazes”.

Os integrantes da VERDE, alguns ainda nos bancos escolares e outros mal saídos deles, mantinham contato permanente com Mário e Oswald de Andrade, que fizeram para os jovens um poema a quatro mãos, intitulado:

“Homenagem aos homens que agem”:

Tarsila não pinta mais com verde Paris pinta com verde Cataguases.

Os Andrades não escrevem mais com tinta roxa Não!

Escrevem com tinta verde Cataguases.

Brecheret não esculpe mais com plastilina modela o Brasil com barro verde Cataguases.

Villa Lobos não compõe mais com dissonâncias de Stravinsky ele é a mina verde Cataguases.

Todos nós somos capazes de ir ver de Forde verde os ases de Cataguases.”

Cataguases, cidade do interior de Minas Gerais, sempre esteve na vanguarda dos acontecimentos, da cultura, do progresso e do desenvolvimento social. Em 1905, foi criada a Imprensa Oficial do Município, em 1906 é lançado o jornal “Cataguases”, a Cia. Força e Luz Cataguases inaugurou suas atividades em 1908, o Teatro Recreio apresentou peças variadas e promoveu conferências, até a sua derrubada, e Humberto Mauro fazia cinema. Obras de Portinari enfeitavam as residências e o Colégio de Cataguases. Jean Zach mostrava a sua arte – esculturas – e até hoje existe uma no Hotel Cataguases. Fundações de caráter cultural proliferam no município.

O manifesto dos rapazes da “VERDE”, assinado por Enrique de Resende, Ascânio Lopes, Rosário Fusco, Guilhermino César, Christóphoro Fonte-Boa, Martins Mendes, Oswald Abritta, Camillo Soares e Francisco Inácio Peixoto é atrevidíssimo.

“O poeta é o ser privilegiado dos Titãs e prenuncia o que há de vir, na esteira dos profetas.” “A VERDE, sinônimo de mocidade e rebelião, deu renome internacional a seu território”. (Elisabeth Rennó)

Celina Ferreira, Joaquim Branco, Ronaldo Cagiano, Luiz Ruffato e Lina Tâmega Peixoto, dentre outros, elevaram o nome de Cataguases com as suas obras literárias.



Ascânio Lopes, Enrique de Resende, Rosário Fusco, Guilhermino César, Christóphoro Fonte-Boa, Martins Mendes, Oswald Abritta, Camilo Soares e Francisco Inácio Peixoto estão mortos. Oswald Abritta publicou um pequeno poema, que considero muito significativo, intitulado:

Jardim

Monotonia estranha dentro da tarde.

E o meu jardim?

O meu jardim deixou de ser jardim
para ser perfume.

Os poetas da VERDE de Cataguases não mais são seres vivos, mas a obra deles (o “perfume” do poema) permanecerá sempiternamente.

Imprensa Oficial edita livro sobre o **Clube da Esquina**

Fotos: divulgação



O cantor e compositor Milton Nascimento e integrantes do Clube da Esquina participaram da Sessão Especial de Homenagem ao Clube da Esquina e o lançamento do livro “Clube da Esquina - 40 anos”, ambos ocorridos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no dia 27 de maio. O livro revive e homenageia os 40 anos de lançamento do antológico álbum, que tem sua história contada no livro organizado

por Márcio Borges e editado por meio de uma parceria da Assembleia Legislativa e a Imprensa Oficial de Minas Gerais. A iniciativa foi do deputado estadual Luiz Henrique.

Os eventos aconteceram no dia 27 de maio, e prestaram uma justa homenagem a um dos mais importantes movimentos culturais da história do Estado de Minas Gerais: o Clube da Esquina.

Foto: Marco Evangelista



Homenagem aos 40 anos do Clube da Esquina na Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Livro comemora os 40 anos do Clube da Esquina

Idealizado por Márcio Borges, o livro traz depoimentos sobre o movimento musical que deu uma nova cara à Música Popular Brasileira.

O livro foi organizado 2012, 40 anos após o lançamento do disco, e traz fotos, letras e depoimentos dos integrantes do lendário Clube, que ganharam notoriedade no mundo em 1972,

com o lançamento do álbum duplo de mesmo nome, trazendo à frente as canções de Milton Nascimento e Lô Borges, além de seus vários parceiros.

A obra executada pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais traz as primeiras histórias do Clube da Esquina e os vários

cenários culturais que envolveram o grupo de jovens na Belo Horizonte dos anos de 1960, 1970 e 1980, desde a chegada de Milton Nascimento à capital mineira, além das primeiras parcerias do grupo. O último capítulo relembra histórias referentes à Imprensa Oficial, onde Milton e Márcio passaram parte de suas juventudes.

A publicação traz depoimentos de Wagner Tiso, Ronaldo Bastos, Tavito, Nivaldo Ornellas, entre muitos outros que participaram e contribuíram para o movimento. Caetano Veloso diz na introdução do livro que “em Minas o caldo engrossa, o tempero entranha e o sentimento se verticaliza”. O livro tem ainda apresentações do Governador Antonio Anastasia, do senador Aécio Neves, do Presidente da Assembleia, Dinis Pinheiro, do deputado estadual Luiz Henrique e do Diretor-Geral da Imprensa Oficial, Eugênio Ferraz.

Foto: divulgação



OS 16 DO DISCO

Milton Nascimento

Lô Borges

Alaíde Costa

Beto Guedes

Eumir Deodato

Fernando Brant

Luiz Alves

Márcio Borges

Nelson Angelo

Paulo Moura

Robertinho Silva

Ronaldo Bastos

Rubinho Batera

Tavito

Toninho Horta

Wagner Tiso

O governador Antonio Anastasia declarou que “esta preciosa publicação narra, ilustra e revive a memória das principais personagens que ajudaram a construir essa bela história que tanto orgulha os mineiros”. O senador Aécio Neves disse que “O Clube da Esquina é música do mundo. É Música de Minas”. Para o presidente da ALMG, Dinis Pinheiro, “este livro é o reconhecimento da Casa do povo mineiro ao grande momento vivido por nossa cultura popular naquele histórico ano de 1972”.

O deputado estadual Luiz Henrique, autor do requerimento que deu origem à Reunião Especial da Assembleia Legislativa, justifica sua homenagem ao dizer que Minas “se vê sempre refletida em um clube gigantesco de cada esquina de um coração inteiro”. O Diretor-Geral da Imprensa Oficial, Eugênio Ferraz, escreveu que “nada mais fácil que a difícil tarefa de juntar palavras e melodias como neste caso, associando e entrelaçando a Imprensa Oficial, das letras, o Clube da Esquina, das músicas, e a sensibilidade da Casa do Povo de Minas em um projeto que poderia se chamar ‘Letras & Músicas”.

QUADRO NA PAREDE

Bruno Terra Dias*

Acordando de um transe que logrou vidas, lembrou dos tios que se foram para não retornar, da infância que havia deixado entre memórias remexidas, das brincadeiras de correr sem se preocupar, de subir morros e descer vales, do casario tradicional que já não mais se vê, da praça e do coreto. Amargamente exclamou: hoje não passa de “uma fotografia na parede. Mas como dói!” Parece ficção. Será realidade?

Lamentava não a sorte de sua terra natal, mas o temor da reedição do que a ela, amada e tão distante, ocorreu há tempos. Um pico, que foi orgulho, agora não é conhecido dos seus sobrinhos e netos. A corrosão do ferro bruto, fazendo da cidade um dormitório para forasteiros de todas as regiões. Água incapaz de saciar a sede, que transporta a riqueza arrancada a explosões do solo. Escassa ternura de casais em desencontro. Tudo que, até bem pouco, não era sequer conversa.

A imagem que se busca nada mais é do que o receio de repetição do que já ocorreu tantas vezes, durante ciclos locais de exploração minerária, em quase trezentos anos de Minas Gerais. O desenvolvimento das instituições políticas, tão incipientes em nossas pequenas comunas, torna quase inevitável o sacrifício das belas páginas passadas de cidades que se abarrotam de estrangeiros e oportunistas, sempre que a sorte do aluvião acena com a possibilidade de recompensa ao arrojo aventureiro.

Campos que se desfazem, jazidas tornadas minas em exploração, royalties sempre insuficientes, compensações sociais desejadas e não alcançadas, rotinas de um progresso que, frequentemente, não gera desenvolvimento. O minério de ferro, extraído com dores intermináveis à terra e à gente, orgulho e decadência de povos que ao extrativismo se entregaram sem reconhecer que o devir cobra impostos à descendência.



O crescimento urbano desordenado, a repentina e excessiva valorização imobiliária, alteração de usos e costumes, religiões novas que chegam e relegam os ritos há tanto consolidados.

De tudo experimenta o cidadão, da opressão que deprime o humor à alegria pelo novo, chamado de belo, conforme a capacidade de adaptação ao que chega e ao sentimento pelo que se vai.

Conceição do Mato Dentro, uma nova Itabira nos confins do pensamento. Mais uma senhora remoçando ao desmanche do casario antigo, de fazendas e sítios que não se reconhecem mais, e empertigando o corpo alquebrado, transformado por projetos de mineração que nada retribuirão, se a ordem política não se mostrar digna de eleger opções corretas, ante o quadro de facilidades gentilmente aberto pelas qualidades cortesãs do dinheiro nem sequer sonhado.

A revolução social, econômica, filosófica, política, secular, temporal e as tradições arraigadas e oprimidas

da cidade que se vai, dando lugar a casas e edifícios que a descaracterizam. Uma zona rural que se comprime, atividades de subsistência e pastoreio trocados por moeda que não permite retorno. Uma nostalgia entremeada de bucolismo, a percepção do que, em breve, não mais será; sentimento de perda. Quanto ocorre aos antigos moradores, às famílias, há séculos estabelecidas, testemunhando a extinção de um tempo e as incertezas do que não se sabe, mas Drummond confidenciou.

Rica terra de Minas e de sertões formadores dos Gerais, de tantos que há décadas dizem ensimesmados: “Tive ouro, tive gado, tive fazendas. Hoje sou funcionário público.” Um quadro na parede, para muitos é o que resta, nada mais.

***Ex-presidente da Associação dos Magistrados Mineiros – Amagis**

Cento e setenta e cinco

Fotos: divulgação



Contemplando o horizonte mais largo da história da civilização humana, o Brasil é um país ainda muito jovem. Por esse motivo, são poucas, entre nós, as instituições centenárias. Mais raras ainda são aquelas que se aproximam do bicentenário, tendo sido capazes de superar o tempo, com vigor e coesão. Este é o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Fundado em 1838, ele é a entidade cultural mais antiga até hoje em atividade no país e nasceu de uma proposta formulada no âmbito da então Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, que reunia, àquela época, representantes de variados setores da vida econômica nacional.

O IHGB constituiu-se com o propósito de congregar intelectuais

que pudessem organizar um acervo significativo sobre a história e a geografia do Brasil. Em entrevista realizada na sede do IHGB, no Rio de Janeiro, o seu presidente, professor Arno Wehling, disse mais: “Os fundadores do Instituto queriam contribuir para a construção da identidade nacional. Naquele momento, o Estado brasileiro era muito recente, não tinha sequer vinte anos. A própria nação estava em formação”.

Entre os primeiros integrantes da entidade, Wehling destaca os seus principais líderes: o cônego Januário da Cunha Barbosa, figura importante na proclamação da Independência; o brigadeiro Cunha Matos, que, além de militar, era estudioso da História, e o Visconde de São Leopoldo, criador

dos cursos jurídicos no Brasil e primeiro presidente da entidade.

Na época da fundação do IHGB, Pedro II ainda era uma criança e não havia assumido suas funções. Havia um movimento de reorganização política no país, que correspondia ao final da regência de Diogo Antônio Feijó e ao início da regência de Pedro de Araújo Lima. A grande preocupação era consolidar as instituições e o próprio Estado.

Arno Wehling também relembra as insurgências e os movimentos separatistas que marcaram aquele período histórico: “Havia revoltas, separatismo. O Rio Grande do Sul estava separado, tinha uma constituição própria, já se afirmava como um Estado, tinha relações como Uruguai.

anos de história

Rogério Faria Tavares*

Páginas dos autos de seqüestro e execução dos bens do Desembargador Tomás Antônio Gonzaga. 1790.

Acusado de participar da Conjuração Mineira, foi preso e remetido para o Rio de Janeiro, onde permaneceu na Ilha das Cobras, três anos. Julgado e condenado à prisão perpétua, teve a pena comutada para um degredo de dez anos, em Moçambique, onde faleceu ca. 1809. Como poeta neoclássico, cantou em versos seus amores infelizes pela jovem Maria Dorotéia Joaquina de Seixas, idealizada sob o nome poético de *Marília*, a amada de *Dirceu*, nome árcaico, adotado pelo poeta — tema do poema *Marília de Dirceu* (1792). A ele é atribuída a autoria das *Cartas Chilenas*.



Orig. mss. 196 p. de texto
31,5 x 22,5 cm

Não era um momento fácil, e acho que o Instituto também cumpriu esse papel naquele momento, que certamente não foi o papel de fazer ciência pela ciência, apenas. Havia uma preocupação com o destino político do modelo da monarquia constitucional que tinha se estabelecido”.

Durante o Segundo Reinado, o IHGB se torna uma entidade prestigiada por Pedro II, chegando, por algum tempo, a funcionar dentro do Paço Imperial. O Imperador também garantiu apoio financeiro ao Instituto, o que viabilizou a realização de muitas pesquisas e o lançamento de sua revista que, até hoje

publicada, sem interrupções, é a mais antiga das Américas ainda em circulação (e a segunda mais antiga do mundo), estando inscrita no livro de recordes da Guinness.

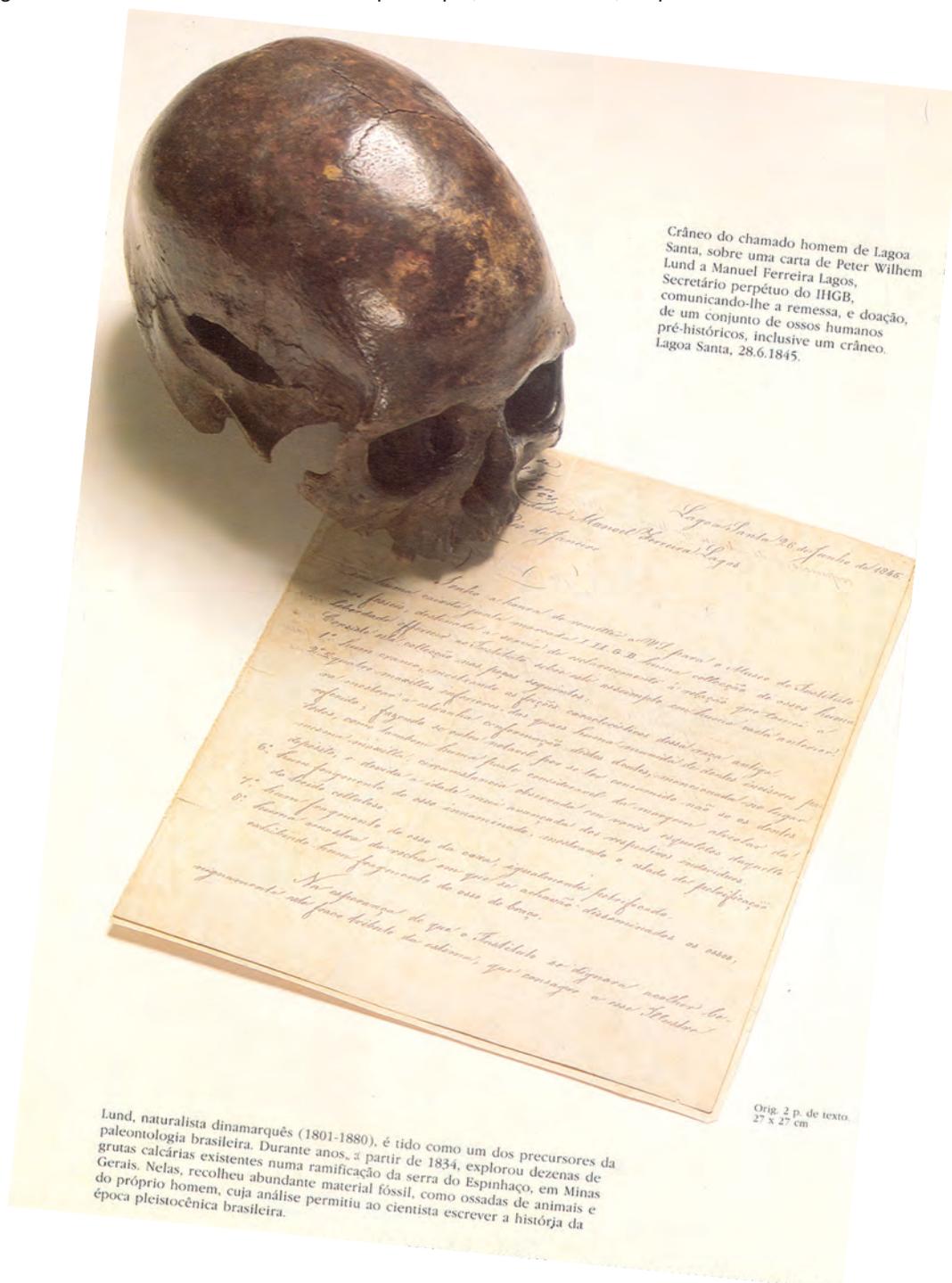
Refletindo sobre a produção historiográfica realizada pelos pesquisadores do IHGB ao tempo do Segundo Reinado, Arno Wehling comenta que os trabalhos realizados no período foram escritos do ponto de vista de autores preocupados com a integração do território nacional, com a afirmação das instituições e com a preservação da unidade política brasileira, uma vez que as ameaças a ela eram constantes.

Com o fim do Império e a proclamação da República, cogitou-se até no fechamento do IHGB, devido à sua estreita relação com a forma anterior de Estado. Isso não prosperou. O Instituto seguiu o seu destino e atravessou o século vinte, sempre colaborando com a evolução do pensamento brasileiro sobre a história e a geografia.

Hoje, a entidade conserva um dos mais expressivos acervos sobre a história do Brasil. Sua biblioteca, sua hemeroteca e sua mapoteca estão entre as mais valiosas nesse campo, e são procuradas por inúmeros pesquisadores.

Na reflexão conclusiva de Arno Wehling sobre o presente e o futuro da entidade, “o Instituto deve se preocupar, cada vez mais, em possuir

uma identidade própria, que resgate a sua história, que vem de 1838; que evidentemente contemple a participação grande da universidade e das casas de pesquisa na produção do conhecimento hoje, mas que também esteja aberto para profissionais, para intelectuais de outras formações, sempre que tenham contribuição a dar à nossa área.”



Crâneo do chamado homem de Lagoa Santa, sobre uma carta de Peter Wilhem Lund a Manuel Ferreira Lagos, Secretário perpétuo do IHGB, comunicando-lhe a remessa, e doação, de um conjunto de ossos humanos pré-históricos, inclusive um crâneo. Lagoa Santa, 28.6.1845.

Lund, naturalista dinamarquês (1801-1880), é tido como um dos precursores da paleontologia brasileira. Durante anos, a partir de 1834, explorou dezenas de grutas calcárias existentes numa ramificação da serra do Espinhaço, em Minas Gerais. Nelas, recolheu abundante material fóssil, como ossadas de animais e do próprio homem, cuja análise permitiu ao cientista escrever a história da época pleistocênica brasileira.

Orig. 2 p. de texto. 27 x 27 cm

*Jornalista.

ABORDAGEM SOBRE O DOUTOR TIRADENTES

Christobaldo Motta de Almeida*

Quando iniciei pesquisas sobre Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), parti da análise do seu nome de batismo e de sua alcunha. Se apelido tivesse, aquele nome carinhoso, no diminutivo, dado às crianças e que perdura pela vida inteira, certamente seria “quinzinho” ou “quincas”, o que não se registrou até o momento.

O que excede ao nome de batismo, no caso dele, é Tiradentes, alcunha que é um aposto relacionado com a atividade da pessoa como, por exemplo: “Tião Ferreiro” ou “Antônio Sapateiro”.

Após a morte da sua mãe e, em seguida, à do seu pai, Tiradentes, aos 11 anos, foi morar com o cirurgião Sebastião Ferreira Dantas, seu padrinho, com quem aprendeu as primeiras noções práticas, médicas e cirúrgicas (extrações dentárias). Com o Frei Veloso, primo e botânico deve ter aprimorado seus conhecimentos.

A prática médica, na época, acontecia com o licenciamento de profissionais para exercer a medicina, conhecidos por Físicos e Cirurgiões sangradores ou barbeiros e cujas Cartas de Autorização eram concedidas pelo Físico-mor e pelo Cirurgião-mor do Reino no período colonial. Excluem-se desta autorização os médicos diplomados em Portugal. O físico ou médico prático exercitava a medicina prática, ministrava remédios (remediava), enquanto o cirurgião praticava a cirurgia, tinha o direito de sangrar.

Está registrado que Tiradentes praticou atos inerentes à medicina, seja ministrando remédios ou preparando-os (função dos físicos ou médicos), ou praticando atos cirúrgicos como a extração dentária (função dos cirurgiões sangradores ou barbeiros), ambas atividades da medicina, permitidas a esses, na época.



Foto: Raphael Simões

Estas atividades médicas consistiam no preparo e ministração de banhos, pedilúvios, limpezas de feridas, bochechos, gargarejos, chás, aplicações de emplastos e sumos de ervas cicatrizantes. As atividades cirúrgicas sangradoras consistiam em extrações dentárias e ações em feridas recentes e sangrentas, para remoção de corpos estranhos, sarjas, punções, sangrias, técnicas de estancamento de hemorragias, torniquetes ou garrotes, assim como aplicação de ventosas e outros procedimentos.

O caráter humanitário de Tiradentes revela-se quando, com os conhecimentos adquiridos, tornou-se sócio de uma botica de assistência à pobreza, em Vila Rica, na ponte do Rosário, onde ervas diversas e específicas para cada mal eram fornecidas aos necessitados, tendo se dedicado assim às práticas de preparo; pois físicos (médicos) eram os profissionais autorizados a elaborá-los, (não havia ainda a figura do farmacêutico).

Alistou-se como soldado na tropa da Capitania de Minas Gerais, em 1780, e no ano seguinte, promovido a Alferes, tornou-se o Comandante do Destacamento dos Dragões, na patrulha do Caminho Novo, rota de escoamento da produção do minério aurífero.

Átila A. Cruz Machado no seu livro “Fisicatura”, um estudo completo abordando a atividade dos profissionais da saúde no Brasil, informa que “cirurgiões e físicos, quando no exercício de suas atividades nas “corporações” (militares), “eram graduados como alferes, tenentes e capitães”. Indago: Teria sido Tiradentes um destes?

Não deverá nunca ser mencionado como dentista, no máximo um precursor, porque seu trabalho em relação aos dentes resumia-se à extração, o que me faz considerá-lo como “prático extrator dentário”, e a habilidade na prática da

extração dentária lhe valeu o cognome. Entretanto, Frei Raimundo de Pennaforte, seu confessor, disse que ele “Tirava com efeito dentes com a mais sutil ligeireza e ornava a boca de novos dentes feitos por ele mesmo, que pareciam naturais”. Estes dentes eram feitos de marfim ou de osso.

Insisto que se desconhece o registro de cargo, função ou profissão de dentista e farmacêutico em documentos do período colonial, no Brasil, o que só veio a ocorrer no século XIX.

Tiradentes, como policial, tinha conhecimento de procedimentos para fins de prova e ao passar por um local onde ocorreu o encontro de cadáveres não titubeou.

Cyro Gomide Loures, cirurgião dentista mineiro, fazendo pesquisas, descobriu que, por volta de 1780, o Alferes Tiradentes realizou a exumação de dois corpos, enterrados em cova única; examinando-os, concluiu que ambos foram assassinados. Além disso, observou cicatrizes que os identificavam e comunicou o ato às autoridades superiores; requisitou providências para o policiamento da região, pois as vítimas haviam sido assaltadas. Procedeu à inumação dos corpos, à margem da Estrada Real, no adro da Capela da Fazenda Borda do Campo, em Barbacena, conforme preconizam as normas cristãs. Esta exumação não foi requisitada e Joaquim José da Silva Xavier realizou este primeiro ato médico-legal baseado no que havia nos livros que importava da Europa e por ser um “prático extrator dentário”, denominação que julgo mais adequada à sua atividade. Alguns historiadores em Minas Gerais o consideram como cirurgião prático, porque as suas funções iam além das de um “dentista” prático. Não existia a figura do médico-legista, mas conhecimentos médico-legais eram praticados pelos cirurgiões, o que ocorreu no exame cadavérico do inconfidente Cláudio Manoel da Costa, em quatro de julho de 1789.

Segundo relatos históricos, quando Tiradentes descobre estar sendo vigiado pelos governantes que suspeitavam das suas atitudes de insurreição, pede ajuda a uma viúva cuja filha havia sido curada, por ele, de uma chaga cancerosa no pé. Quem o socorre é o padre Inácio Nogueira, sobrinho da viúva, que o asila na casa do ourives Domingos Fernandes.

Chaga cancerosa significava ferida aberta, ulcerada, com aspecto repugnante, apodrecida, de difícil cicatrização, que demandava tratamento de longa duração.

Encerram-se assim, com a perícia médico-legal, atos cirúrgicos de extração dentária, cura, por meio de ervas medicinais e demais ações médicas, o ciclo de atividades médicas do doutor Tiradentes.



***Membro da Academia Mineira de Medicina**

Foto: divulgação

Local histórico de Minas lembra em nada a história que traz e suas marcas

Algumas pedras no meio do caminho



Revolução Liberal veio ao encontro dos anseios do povo mineiro, um povo que, por tradição, sempre lutou por seus ideais. Desde a Guerra dos Emboabas, Minas sempre defendeu seus interesses, dando a um povo em formação o sentido e o sentimento de Nação. Foram essas convicções, esse sentimento libertário que motivou o português originário Filipe dos Santos a bradar sua indignação contra a metrópole opressora. Se em Minas havia ouro, havia também uma consciência cívica. Pouco tempo depois, ocorreu a Conjuração Mineira e seus desdobramentos.





Se não houvesse as revoltas não haveria a contestação e o sentimento de indignação seria substituído pela resignação. É fato que Minas nunca se prostrou, nunca ficou de joelhos, e se expôs de forma altiva como são as alterosas.

Prova disso foi a Revolução Liberal de 1842, que teve em Teófilo Otoni, aquele que era nobre e nunca quis ser amigo do rei - neste caso do infante Imperador - e deixou as honrarias da capital federal para se juntar aos revoltosos na parte central de Minas Gerais.

Depois de várias batalhas e importantes vitórias, como a de Queluz, hoje Conselheiro Lafaiete, os mineiros foram dar com os costados em Santa Luzia, onde o Muro de Pedras ou Recanto dos Bravos se tornou palco dessa história.

Hoje o local lembra em nada sua heróica história e marco de um período tão importante na memória de um povo. Tornou-se um lugar qualquer com algumas placas comemorativas e marcos construídos e esquecidos ao longo dos anos. Anualmente é

realizado no lendário Recanto dos Bravos a cerimônia cívico-militar em homenagem à batalha final dos revoltosos de 1842, quando foram vencidos pelas tropas do Exército Nacional comandadas pelo Duque de Caxias, que naquela época era apenas Barão, no dia 20 de agosto, dia do confronto final.

Por sua representatividade, o Muro de Pedras deveria ser um ponto de referência e visitação e receber das autoridades competentes tratamento condizente com sua história, como bem sugeriu o Diretor-Geral da Imprensa Oficial, dr. Eugênio Ferraz, orador oficial da solenidade deste ano, em seu discurso: "Ousamos sugerir que nossa principal força de defesa, o Exército Brasileiro, traga para si a completa responsabilidade cívica da restauração, guarda e manutenção deste importante monumento, pois, infelizmente, o que vemos aqui, hoje, não nos conforta em relação à preservação deste sítio histórico".

Quem sabe essa sugestão venha trazer novos ares a um recanto que resiste bravamente ao esquecimento, a leniência e ao descaso oficial.

Homenagens

Casa de Cultura

Recanto dos Bravos

Foto: divulgação



A Prefeitura de Santa Luzia e o Exército Brasileiro comemoraram, no dia 20 de agosto, os 171 anos do término da Revolução Liberal de 1842 e da ação pacificadora de Caxias.

A solenidade cívico-militar ocorreu às 10h, no sítio Recanto dos Bravos ou Muro de Pedras, quando aconteceu também a entrega da medalha "Cruz da Batalha de Santa Luzia", a personalidades que com seus méritos colaboraram para o desenvolvimento do município.

Fotos: Marco Evangelista





Foto: divulgação



Foram agraciados neste ano a jornalista Anna Marina Vianna Siqueira; a advogada Célia Pimenta Barroso Pitchon e o dr. Edmundo Caldeira Brant. O Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Eugênio Ferraz, foi o orador oficial do evento.



Fotos: Marco Evangelista



Foto: divulgação





Bem-Vindo



Bem-Vindo



Bem-Vindo



Bem-Vindo

TODAS AS PORTAS DA ASSEMBLEIA ESTÃO ABERTAS PARA VOCÊ.

Participar da vida política é direito de todo cidadão. Por isso, a Assembleia facilita o acesso para você chegar à Casa do Povo.

Você pode acompanhar o trabalho dos parlamentares, consultar os projetos e as notícias e apresentar sugestões.

Acesse a Assembleia pela internet, TV ou telefone. Ou venha aqui pessoalmente. Fique à vontade, a Assembleia é a sua Casa.

Acesse: www.almg.gov.br

Assista: TV Assembleia em BH, canal 35 UHF

Fale: Centro de Atendimento ao Cidadão (31) 2108 7800

Venha: Rua Rodrigues Caldas, nº 30 Santo Agostinho Belo Horizonte. Atendimento das 7h30 às 20h.



ASSEMBLEIA DE MINAS

Poder e Voz do Cidadão

Educando com arte

Turismo Pedagógico e programas de Educação Patrimonial



**MUSEU
das
REDUÇÕES**
Ouro Preto / MG

Rua São Gonçalo, 131 - Amarantina - Ouro Preto - 35400-000
Tel.: (31) 3553-5182 / museudasreducoes@gmail.com / www.museudasreducoes.com.br

PRÊMIO NACIONAL

GUIA QUATRO RODAS

iNDIC
INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E
INTEGRAÇÃO CULTURAL